

Contrapesos do presente, entretempos da redemocratização: desafios de uma História do Tempo Presente através da imprensa escrita.

Enviado em:
21/10/2012

Aprovado em:
20/11/2012

Anelise Rodrigues Machado de Araujo¹

Mestranda em História pela UDESC
anelise.hst@gmail.com

Tâmyta Rosa Fávero²

Mestranda em História pela UDESC
tamyfaveroyahoo.com.br

Resumo

Em 25 de abril de 1984, em meio à mobilização pelas eleições Diretas Já para o cargo de Presidente da República, a Emenda constitucional proposta pelo Deputado Dante de Oliveira foi rejeitada pelo Congresso Nacional. Concomitantemente, a imprensa periódica denunciava em seus escritos os indícios de que havia uma empreitada do governo federal para assegurar quem comandaria o processo de transição da abertura política. Desse modo, no presente artigo o jornal Folha de São Paulo e a revista Veja são tomados na condição de fontes documentais que registraram e participaram ativamente daquele momento histórico, anunciando-o como tal e produzindo memória histórica em torno da midiaticização do acontecimento. Foram analisados os editoriais veiculados pelo jornal no dia da votação e por toda semana seguinte, bem como a edição lançada pela revista Veja no dia da votação e na semana posterior, com o objetivo de analisar as problemáticas de uma História do tempo presente através da desmontagem das experiências e das expectativas que inseriram novos elementos na cultura política do país.

36

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, com ênfase em História do Tempo Presente, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integrante da Linha de Pesquisa “Culturas Políticas e Sociabilidades” e orientada pela Prof^a PhD. Sílvia Maria Fávero Arend. O projeto de pesquisa intitulado “Desvendando um olhar sobre a infância: a revista *Veja* nos tempos da redemocratização (1979-1990)” conta com apoio financeiro da CAPES.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, com ênfase em História do Tempo Presente, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integrante da Linha de Pesquisa “Culturas Políticas e Sociabilidades” e orientada pelo Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn. O projeto de pesquisa intitulado “Elos e ecos de uma cidade transmutada: práticas participativas e relações de classe sob os ares da abertura política (Lages, SC, 1972-1988)” conta com apoio financeiro da CAPES.

Palavras-chave

Redemocratização. Mídia. Tempo Presente.

Abstract

On April 25, 1984, in the midst of mobilization for elections “Diretas Já” (Direct Elections Now) for the post of President of the Republic, the Constitutional amendment proposed by Congressman Dante de Oliveira was rejected by the National Congress. Concomitantly, the periodical press denounced in its writings evidences that there was an attempt from the federal government to ensure that it would command the transitional process towards political opening. Thus, in this paper, the newspaper Folha de São Paulo and Veja magazine are taken in the condition of documental sources which registered and actively participated in that historic moment, announcing it as such and producing historical memory around the mediatization of the event. Were analyzed the editorials conveyed on voting day and during the same week, as well the edition published by the Veja magazine in the voting day and in the following week, in order to analyze the problematics of a history of the present time through the dismantling of the experiences and expectations that inserted new elements in the political culture of the country.

Keywords

Redemocratization. Media. Present Time.

Este trabalho pretende alinhar um conjunto de possibilidades de análises historiográficas na abordagem da produção de marcos históricos guarnecida pela imprensa, visto que tais questões construídas como “acontecimentos” no decorrer das décadas de 1970 e 1980 fazem parte também de um conjunto de sequelas patentes na sociedade brasileira pós-ditadura. Marcos, eventos e fatos que foram conservados como acontecimentos-símbolo da luta pela redemocratização brasileira e, dessa forma, repousam manentes no âmbito da memória histórica das produções jornalísticas e nas produções da própria historiografia. É uma contribuição para a, ainda limitada, produção historiográfica sobre a redemocratização a partir da perspectiva da Nova História Política, uma narrativa histórica do Tempo Presente, preocupada com as conjunturas que envolveram, em 25 de abril de 1984, a votação da Emenda constitucional (PEC nº5/1983) proposta pelo Deputado Dante de Oliveira (PMDB). Tal Emenda objetivava a restituição das eleições diretas para o cargo de Presidente da República do Brasil nas eleições subsequentes, buscando finalizar o ciclo de gerais no cargo executivo federal iniciado em 1964. Tal anseio, intensificado em 1983, mobilizava a sociedade civil e entidades diversas, além dos partidos e líderes das oposições ao regime militar, em campanhas que pipocavam por todo o país. Mantinha-se engendrado, então, o movimento político e social Diretas-Já, movimento emblemático da contemporaneidade na História do Brasil. Tais conjunturas transmutariam as significações dadas à democracia, aos processos eleitorais e às mobilizações sociais e civis dentro das culturas políticas brasileiras. Proponhamos então, a partir da análise de um evento narrado pela imprensa como

histórico, romper o liame entre a condição do historiador e o tempo presente.

Os processos políticos ainda são abalados por feridas abertas de “passados que não passam” devido a um extenso presente. Esse, por sua vez, fruto da amarração de um tempo histórico que tem como entrelaço espaços de experiência e horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006). Contudo, toda produção historiográfica é evocada por questões relativas ao presente no qual se encontra quem a empreende. Admite-se isso quando nota-se que historiadores e historiadoras são sujeitos inseridos em seus próprios tempos históricos e que, tal como a narrativa que elaboram, estão submetidos às representações sociais que perpassam suas subjetividades e visões de mundo. Fazendo parte, então, de um dos atributos da imersão na historiografia do Tempo Presente, levam-se em conta os estudos das representações e identificações dos sujeitos históricos que dividem o vivido com quem os narra. É o eco sobre “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas” (RIOUX, 1999, p. 50). Ao historiador preocupado com processos, eventos e testemunhos do extenso presente no qual também está inserido, dá-se a prédica de desnaturalizar sua nascente – a chaga aberta a qual denominamos fonte. Desnaturaliza-se, sobretudo, os meios de comunicação, ônus e bônus da História do Tempo Presente, dado o volume dos acervos documentais disponíveis à pesquisa, os quais fornecem inúmeras contribuições às produções de teias entre narrativas que, à primeira vista, podem parecer esparsas, mas fornecem também inúmeras interrogações, ambiguidades de tempos fulgurantes, notícias do imediato, mas também de narrativas dotadas de intenções e esperanças futuras, ou reminiscências de um passado mobilizado politicamente. Além disso, outro desafio desse campo é a não existência de um desenlace do processo sobre o qual se debruça. Porém, como afirma Tétart, enquanto contemporaneísta, o historiador do tempo presente sabe “reintegrar o tempo próximo numa temporalidade mais longa” (2000, p. 137), mesmo que não possa dar um desfecho ao seu “conjunto de peças”. Escrever história do seu próprio tempo é expor aos olhos os laços indissolúveis entre o passado e o futuro presentes. O olhar interpretativo-narrativo do historiador é relativo a muitos sentidos em que espaço, tempo e indivíduo são parte fundamental para a construção historiográfica. Quanto à intervenção historiográfica no documento, Koselleck destaca que “a tensão a qual o historiador deve se submeter é aquela entre teoria de uma história e a realidade das fontes (...). O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes”. Para o historiador, “uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda a fonte que jorra cristalina seria já a própria história” (2006, p. 186).

Orquestrado pelas inquietações da História do Tempo Presente, este trabalho volta-nos o olhar para um acontecimento-símbolo dotado de expectativas que colocaria “pedras” em um passado e abriria “janelas” a um futuro desejado que deveria ser acelerado, o qual fora narrado pela imprensa brasileira como um “entretempo” do processo de redemocratização. Acontecimento ocorrido há menos de 30 anos e cujas memórias ainda nos são salutares: memórias do historiador, memórias recompostas pelo tempo em movimento, memórias da sobreposição de gerações, que dividem afinidades sutis, pela coexistência em um tempo comum – um passado lembrado, um presente vivido, um futuro antecipado.

A ação de rememorar faz parte desse presente historicizado. O passado

é musicalizado nas memórias que nos são narradas pelos jornais que evocam, pelas personagens que subiram em palanques e que votaram a Emenda em 25 de abril de 1984, pela sociedade civil que compôs o acontecimento naquele entretempo e pela História que conta e reinventa. No entanto, esse prognóstico ainda é frágil demais para tal assertiva, já que a mesura cronológica do tempo não constitui um sistema objetivo, tampouco irrefutável. Datas são índices que permitem a localização de fatos e processos de modo inteligível, não sendo, pois, plausíveis de serem consideradas rupturas abruptas entre uma realidade social e outra. Observar que muitas testemunhas daqueles tempos ainda estão vivas e compõem a sociedade de nosso tempo, entretanto, revela um indício do principal motivo pelo qual afirmamos que este trabalho se insere na perspectiva da História do Tempo Presente. O testemunho, por si só, ainda não é capaz de caracterizá-la, pois se assim o fosse, Tucídides teria sido seu precursor, ainda na Antiguidade. O campo de estudos que tem se firmado desde meados do século XX em torno da História do Tempo Presente está envolto por concepções de um tempo histórico que tem sofrido os resvalos em um mundo onde, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, fala-se em aceleração do tempo e do medo de uma “era sem memória”, digital e vulnerável ao esquecimento. As turbulências do século XX já sinalizavam que algumas mudanças estavam ocorrendo, e “toda essa intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, trazida pelas grandes guerras e pela eclosão da Revolução Soviética, estimulou o desenvolvimento do estudo do tempo presente” (FERREIRA, 2000, p. 8). Segundo François Hartog (2006), acontecimentos que instauram rupturas significativas alteram as bases dos regimes de historicidade que estruturam o pensamento histórico e os modos pelos quais os sujeitos atribuem sentido a suas experiências. Assim, na perspectiva do autor, a queda do Muro de Berlim, em 1989, teria instaurado um novo regime de historicidade, o presentismo.

O presentismo e o medo do esquecimento, associados a uma ruptura com a concepção linear do tempo, operam em favor de uma historiografia descontinuista e plural. A profissionalização da História, ocorrida durante o século XIX, lidou com tempo linear e pregou a objetivação do campo através do afastamento entre historiadores e fontes documentais, compreendendo como inaceitáveis as construções narrativas que tratassem de espaços temporais próximos, com vistas a alcançar um resgate do passado puro, verdadeiro, tal como foi. Entretanto, no século XX apreendeu-se que a reconstrução do passado sempre está limitada por suas fontes documentais e pelos demais recortes, de temáticos a cronológicos, feitos pelos historiadores. A partir de então, admite-se que, na escrita da História, quando aqueles tempos e nosso tempo confundem-se e designam um processo de dissolução das experiências e das expectativas em voga até então, tem-se aí, explicitamente, um extenso presente, o embaralhamento das categorias de análise do tempo histórico. Assim, constata-se uma abreviatura dos limites entre passado, presente e futuro. A votação ocorrida no Congresso Nacional em 25 de abril de 1984 esteve inserida num processo de desmontagem do espaço de experiência e, principalmente, do horizonte de expectativas que estavam em vigor no Brasil desde 1964.

Redemocratização e Emenda Dante de Oliveira: a midiaticização do acontecimento

Para a História do Tempo Presente, a mídia jornalística, quando tomada na condição de fonte documental de investigação, torna-se também objeto de pesquisa. Isso porque cada um de seus veículos imbuí-se de um conjunto próprio de práticas e representações sociais, o qual interfere no projeto editorial, na definição das pautas e dos matizes dos conteúdos que compõem suas páginas. Observar essas características impõe aos historiadores que compreendam os meios de comunicação como inseridos em seus devidos tempos, fazendo com que a produção historiográfica torne-se centrada nos limites de sua fonte documental e crítica a ela. Esse enfrentamento metodológico não livra os historiadores das subjetividades às quais está suscetível, entretanto é imprescindível para que a análise histórica não incorpore as concepções expressas nos textos jornalísticos. Afinal, a imprensa escrita opera captando informações, reorganizando os fatos, narrando e atribuindo significados específicos. “Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). E com isso, ao passo que seleciona o que será midiaticizado, escolhe também o que será esquecido.

40

Assim, midiaticizar um acontecimento equivale a não deixá-lo cair no esquecimento. De certo modo, segundo Pierre Nora (1988), estar no passado constitui o acontecimento, mas no tempo presente, é através das mídias que o acontecimento torna-se conhecido e, portanto, histórico. É por meio da midiaticização que o acontecimento integra-se ao escopo da História e, por isso, o que é veiculado pela imprensa escrita não é mero conjunto de informações. Trata-se, pois, daquilo que se quis tornar notícia, acontecimento, e sobre o que se atribuíram diversos sentidos, tanto no momento da escrita quanto nas leituras. Por isso, as edições do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja que envolvem a semana do dia 25 de abril de 1984 são documentos valiosos para observar não apenas a expectativa que gravitava em torno da votação da Emenda Dante de Oliveira, mas a própria historicização do acontecimento pela imprensa. Houve, por parte da pauta jornalística desses veículos, a intenção de tornar a votação feita pelo Congresso Nacional um marco histórico, dedicando a isso muitas de suas páginas. Assim também ocorreu durante a semana posterior à rejeição da Emenda, quando o jornal diário continuou cedendo espaço para o assunto.

O trepidante ano de 1984 realçou, então, as inquietações de um país que passava por uma crise política e econômica. Deflagrada em 1983, e intensificada em 1984, uma série de comícios por todo o país a favor do reestabelecimento de eleições diretas para o cargo executivo federal. Índice do descontentamento generalizado da população com relação à crise econômica e ao regime ditatorial e seus cerceamentos, a campanha ficou conhecida por Diretas Já e desaguou em pressão da opinião pública com relação às bases de sustentação do Estado. Situada destacadamente no âmbito partidário por ações de personagens públicos ligados principalmente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao

Partido dos Trabalhadores (PT), e atingindo mobilizações de grupos sociais que vinham se tornando mais autônomos frente ao controle estatal, encontramos uma convergência de trajetórias provenientes de outro momento de ressignificação do valor eleitoral. Esse momento iniciou-se em 1974, com as vitórias estridentes do MDB nas eleições legislativas daquele ano, casadas ainda com o projeto de “distensão lenta, gradual e segura” discursada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel.

Nesse sentido, a partir de 1974 a narrativa da redemocratização ganhou um constante delinear através da incorporação de novas dimensões e segmentos da sociedade. Em meio à valorização do voto e, logo, de valores democráticos, a mobilização em prol de eleições diretas se tornou uma aliada de uma emergente noção de cidadania e esses aspectos foram responsáveis pela introdução de novos elementos na cultura política brasileira. O alargamento do campo político, não mais restrito às questões do Estado e passando a ser compreendido como produzido pelas múltiplas interações sociais, as sociabilidades, é um dos subsídios que compõem a História do Tempo Presente. Assim, a análise histórica de processos políticos inseridos num “passado presente”, quando feita através do viés da cultura política, deve levar em conta as relações de poder que os envolvem. De acordo com Serge Bernstein, “a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (1998, p. 352).

Ainda na segunda metade da década de 1970, mesmo com o ambíguo “afrouxamento de cordas”, os recuos autoritários se manifestavam sempre que necessário. A repressão, a censura e a própria ação da polícia política continuavam atuantes. A midiaticizada morte do jornalista Vladimir Herzog, divulgada pelo comando do II Exército como enforcamento ocorrido nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, ainda em 1975 - que por sua mal explicada versão e pelas evidências de que tratava-se de um assassinato-, acarretou em mais um desgaste para a aceitação popular do regime militar. A imprensa, a partir das manifestações públicas de indignação de parte da sociedade civil, passou a ressignificar sua própria atuação diante desse acontecimento. O Ato Institucional Número 5 (AI-5), que impunha aos meios de comunicação uma censura prévia severa, saiu de cena em 1978. Até então, publicações como a revista *Veja*, que chegou a veicular em suas páginas desenhos de anjos e diabos, empenharam-se em denunciar a interferência do governo em suas redações. A censura prévia era um modo de o governo assegurar que os acontecimentos midiaticizados e que eram, portanto, levados ao conhecimento público, estivessem de acordo com as prerrogativas do regime militar. Entre essas prerrogativas estavam o combate ao modelo comunista, considerado, sobretudo, anticristão, e o silêncio em torno de práticas violentas, tais como a tortura, que vitimaram parte das dissidências ao regime naquele período. Silenciamentos apresentados não apenas por imputações forçadas, mas também pela autocensura que manteve a *Folha de São Paulo* sem censores em suas redações durante a ditadura, ao abrandar – ou não noticiar – as engrenagens da repressão, do arbítrio e dos *assuntos proibidos*. No caso do Grupo *Folha*, houve ainda a manutenção de um notório colaboracionismo, verificável principalmente através da *Folha da Tarde*, jornal do mesmo grupo empresarial, conhecido como

“diário oficial da Oban”, que a partir de julho de 1969, chefiado por Antônio Aggio, manteve uma linha editorial de apoio constante ao regime e corroborou com o ideário autoritário oficial. Não mais enquadrado na “nova ordem social”, o diário foi tirado de circulação em 1984 (KUSHNIR, p. 36).

Desde então, diversos setores da imprensa periódica passaram a se considerar fundamentais para a democracia brasileira. A ideia de que a mídia é uma espécie de “Quarto Poder”, vigilante do próprio governo em benefício da democracia do povo, é relativamente recente. Certamente, essa representação social da mídia perpassa os modos pelos quais os próprios veículos midiáticos colocam-se para o mundo. Afinal, “as representações possuem energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p. 23). Por isso, deve-se perceber que tal representação social assegurou a legitimidade social da imprensa e, também, que a importância dos sistemas de comunicação para a prática dos direitos de cidadania é uma característica das democracias liberais. Isso explica, de certo modo, porque a grande imprensa periódica brasileira teve uma relação com o regime militar que oscilava entre convergência e divergência: no âmbito do liberalismo, concordavam de que o “perigo comunista” deveria ser afastado do Brasil, e também por isso houve a adesão ao golpe civil-militar de 1964, que depôs João Goulart da presidência; por outro lado, as práticas autoritárias do regime, entre elas a censura dos meios de comunicação e as práticas de tortura de civis, iam de encontro aos princípios democráticos almejados por esses grupos.

42

O ano de 1984 foi construído pelo notório destaque conquistado pela mobilização de amplos setores sociais em torno dos novos contornos democrático-eleitorais. Há uma série de elementos que tornaram o ano de 1984 em um ano-símbolo de participação da sociedade civil em prol de causas comuns, incitadas desde meados da década de 1970, unificadas em um discurso que envolvia o fim de um “tempo precedente” e o início de um “novo tempo”. A narrativa da mídia em torno dos valores democráticos atuou, desde então, como protagonista na abertura de caminhos que deságuam em mudanças nas relações políticas estabelecidas entre sociedade civil e poder público. Além, evidentemente, da atuação sublinhada da imprensa, a qual promoveu, sustentou e conservou as movimentações em favor das Diretas e acabou por ser legítima protagonista da campanha ao ampliar a atuação das atividades: entidades, personagens e instituições envolvidas, tomaram para si a função de interpretar o processo de transição que alentava o país desde meados da década de 1970.

O emaranhado de notícias, manchetes, reportagens e imagens produzidas pela imprensa são desenlaçadas ao imergir o acontecimento Diretas Já no processo histórico-político brasileiro. Nesta conjuntura de enlaces do efêmero com processos de longo alcance, que torna as culturas políticas inteligíveis para a escrita da História, a relação entre a imprensa e o processo de transição política brasileira foi extremamente íntima. Afinal, em sua narrativa própria, além de mobilizar e sensibilizar a sociedade civil a favor do movimento, a imprensa periódica apropriou um “passado presente” e um “presente futuro” baseados em um entendimento de estarem imersos num momento histórico que deveria alargar as bases democráticas através de processos eleitorais diretos para todos os cargos políticos.

Os editoriais do jornal Folha de São Paulo: o fim do dia da esperança

Durante a atuação da campanha pelas Diretas Já, o jornal Folha de São Paulo apresentou em seus editoriais indícios de que tomava para si uma das frentes na luta pela instituição das eleições diretas: aquela que dizia respeito ao respaldo social e à garantia de divulgação por parte dos meios de comunicação. Assumiu, ainda na década de 1980, a liderança na circulação diária de impressos, baseada na produção de “informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos”. Em 1984, o periódico implantou um Manual de Redação com normas de editoração, representando um marco na normatização da produção de notícias que iria influenciar na atuação de jornais de todo o país. Afinal, “o manual se inseria dentro do projeto maior do jornal, lançado de 1981, cujo objetivo era estruturar e sistematizar o trabalho na redação, além de fornecer os fundamentos conceituais para a produção das notícias e informações veiculadas pelo jornal”, o que, segundo Sônia Meneses da Silva, “foi de certa forma, aplicado ao grupo no decorrer dos anos 1990 e 2000” (SILVA, 2011, p. 20-21).

Desde 1975, as narrativas presentes no jornal Folha de São Paulo buscavam “afastar” da memória seus vínculos com o golpe civil-militar de 1964. No delinear da profissionalização do jornalismo, sublinhado pelas normas de editoração implantadas em 1984, as Diretas Já tiveram o periódico Folha de São Paulo como um dos seus principais arautos. Em contrapartida, a empresa-jornal materializou sua autoimagem de espaço democrático a partir da campanha, tentando desvincular qualquer passado que contradissesse essas bases. Contemporaneamente, – mas sob as conjecturas, não apenas sob singela coincidência – o novo projeto editorial da Folha de São Paulo e a sua intensa atuação narrativa em relação às movimentações pelas, para e por Diretas-Já, deram o ritmo àquele conglomerado empresarial, o qual ambicionava não só contar a história, mas ajudar a construí-la. Os editoriais da empresa-jornal, por sua vez, eram situados em coluna vertical na página dois, e algumas vezes rompiam na capa, de acordo com a “relevância” do assunto tratado. Não eram assinados, e com a frase bastante sugestiva “Folha de São Paulo: um jornal a serviço do Brasil” acima do título da “ordem do dia”, os editoriais não eram, exclusivamente, a “opinião do proprietário”. Sua confecção era produto de deliberações geridas pela diretoria, pelo corpo de articulistas e/ou colaboradores, e insinuavam um diálogo entre a empresa-jornal, a opinião pública e o próprio Estado.

No dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, a narrativa do editorial estampava a atuação constante do grupo empresarial que comandava o jornal em prol das Diretas Já e as articulações temporais daquele evento. O uso da História como campo legitimador dos acontecimentos que envolveram o movimento Diretas Já realça a articulação de temporalidades em um presente dotado de sentido histórico. O presente que haveria de encerrar um passado e dotar o futuro de expectativas positivas, legitimado principalmente pela unificação de um discurso entre imprensa, sociedade civil e uma oposição engajada nas movimentações

representadas principalmente pelo PMDB e pelo PT. Percebe-se, então, a tentativa de interpretação de um tempo que transcorria e um passado que, apesar de inundado por um regime autoritário, havia impactado a sociedade a ponto de mobilizar grande parte do povo brasileiro para encerrá-lo.

Tanto a avaliação do passado quanto a do presente eram então voltadas para legitimar a necessidade de consolidação democrática por via eleitoral, a qual permitiria que outras necessidades políticas e sociais se viabilizassem. Há em 1984, mesmo com as mudanças nas percepções sobre o tempo precedente, uma gama de acontecimentos e conjunturas, que permaneciam silenciados, relacionados tanto à atuação da sociedade civil quanto dos veículos de imprensa que se envolveram em colaboracionismos durante os anos do regime militar. Atribuindo os deméritos à instituição militar e aos seus representantes, há um caráter interpretativo expressado pelo jornal Folha de São Paulo limitado em memórias exorcizadas do momento em que ele está procedendo seu fim. No editorial da edição que foi às bancas no dia da votação da Emenda, o público leu que:

O Brasil chega finalmente à data histórica. Não há como obscurecer o sentido maior deste 25 de abril: a Nação inteira aguarda em vigília a decisão soberana do Congresso (...) Não cabe reproduzir aqui quase a exaustão, nos últimos meses, em nossos editoriais, a favor da aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira. O anseio de Diretas-Já é irredutível. Sintetiza de modo simples e exemplar a necessidade premente de mudança institucional, a recusa firme e serena da sociedade civil em continuar dominada por um poder autoritário, o não pacífico e resolutivo da cidadania a qualquer forma – direta ou disfarçada – de continuísmo do atual regime. (Jornal Folha de São Paulo, 1984)

44

Tem-se a historicização da data, a importância atribuída a um acontecimento que, como já se imputava, seria edificado na memória histórica com um entretempo do autoritarismo e o horizonte democrático ansiado. No entanto, as pretensões que agitavam o país naquele ano e distanciavam os enlances ditadura civil-militar, sociedade civil e imprensa, foram bloqueadas nas três sessões na Câmara que iniciaram no dia 25 de abril pela manhã e terminaram às duas horas da madrugada do dia seguinte. No editorial do dia seguinte à votação, narrou-se, em detalhes, o vinte e cinco de abril brasiliense. Desde o “escaldante sol da tarde que se abatia” em Brasília, até “as blusas, calças compridas, pulseiras, crisântemos, tudo amarelo”, que enfeitaram o dia. Era a mistura de tensão e expectativa em uma narrativa angustiada que terminou com “muito choro e raiva entre os deputados da oposição que engrossavam a galeria” (Jornal Folha de São Paulo, 1984).

Frustrou-se a esperança de milhões. (...) nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da História se apresentou palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas diretas-já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda e irrefreável. (...) a tudo isso, congressistas cujos nomes publicamos nesta mesma página disseram não. Evitemos

insultar a memória do passado e as gerações do amanhã chamando-os congressistas: são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura. (...) mas não sabem que o Brasil – felizmente! – mudou. (Jornal Folha de São Paulo, 1984)

Todavia, em um apelo constante, a semana que procedeu a votação da Emenda foi de interpretações que envolviam esse “novo país”, inaugurado pelas movimentações pró-Diretas que entusiasmaram imensa parte da sociedade brasileira. Em editoriais, o jornal Folha de São Paulo permanecia vinculando sua estruturação e atuação aos anseios da sociedade civil, salientando que nos últimos meses não havia medido esforços para que “a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando” (Jornal Folha de São Paulo, 1984). A semana que sucedeu a votação na Câmara foi de reflexão acerca daqueles idos de Diretas-Já em que se enraizaria o gesto que deveria se transformar em símbolo da atuação da sociedade perante os percalços institucionais. Tentava-se definir em linhas gerais quais seriam os jogos políticos a partir de então. Citando Francisco Weffort, naquele momento dirigente do Partido dos Trabalhadores, afirmava-se que os primeiros dias seriam de frustração acompanhada de “uma polarização entre os que querem negociar e os que querem insistir na luta pelas diretas”, sendo esta uma polarização “apenas aparente porque negociação e mobilização não se excluem”. E a passagem ainda acrescentava: “seja como for, o fato é que a campanha das diretas e o ziguezague ante a reação do governo, afrouxando aqui e apertando ali, acenando com a negociação e decretando as emergências, demonstrou que o ciclo militar inaugurado em 1964 está virtualmente encerrado” (Jornal Folha de São Paulo, 1984).

45

As narrativas encontradas no periódico Folha de São Paulo buscavam desvincular o notório colaboracionismo do Grupo Empresarial ao qual pertencia, do golpe civil-militar ocorrido em 1964 e do regime ditatorial. Colaboracionismo esse que permaneceu incontestado até meados da década de 1970. Beatriz Kushnir (1988, p. 36) pontua como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios, e em muitos outros, a tradição da conciliação. Assim, a mobilização política ganhou contornos de campanha publicitária nas páginas do jornal *Folha de São Paulo*.

Expectativa e frustração nas páginas da revista Veja

Assim como o jornal Folha de São Paulo, durante o processo de redemocratização política, a revista Veja também tentou se desvincular das práticas colaboracionistas que exerceu para com a ditadura civil-militar. Lançada em 1968 pela família Civita, donos da Editora Abril, no decorrer de seus primeiros anos, a revista manteve uma postura crítica com relação ao governo, principalmente no que se referia à censura e às denúncias de tortura, mas também compartilhou de alguns interesses do regime. Entre esses interesses estava o forte posicionamento de combate à expansão comunista, em um momento em que a Guerra Fria, capitaneada por Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

estava em evidência nas principais manchetes mundiais. Inclusive, a primeira capa da revista *Veja*, de 11 de setembro de 1968, trouxe a imagem de uma foice e de um martelo, cruzados, o símbolo clássico do comunismo que representa o operariado agrícola e industrial. Na manchete da capa, o título “O grande duelo no mundo comunista” deixou explícito que o periódico dedicaria algumas de suas páginas (e, posteriormente, muitas de suas edições) a veicular a sua versão dos últimos acontecimentos do cenário mundial. A (re)leitura que a revista *Veja* fazia estava baseada em matérias repassadas por agências de notícias e revistas de países como Estados Unidos, França, Itália e Alemanha Ocidental.

Apesar desse alinhamento político, a revista *Veja* conviveu com a censura imposta pela ditadura civil-militar brasileira até meados de 1976 (ALMEIDA, 2008). A censura ocorria antes mesmo da finalização de cada edição, a chamada censura prévia. Contudo, entre 1968 e 1976 a revista chegou a ser retirada das bancas quando os censores observaram em edições já lançadas algumas mudanças não aprovadas por eles. De modo geral, os censores mantinham certa distância da redação da Editora Abril, uma vez que as práticas mais comuns, nesse caso, eram o envio de “bilhetinhos” e ligações telefônicas efetuadas diretamente para os editores do periódico, informando qual tratamento deveria ser dado, ou não, aos principais assuntos nacionais da semana. Nessa relação inconstante, não é possível afirmar que a revista *Veja* tenha sido uma plena colaboracionista do regime civil-militar, principalmente porque seu grupo de jornalistas considerava que o governo fazia uso de mecanismos que se opunham a princípios liberais defendidos por eles como a liberdade de imprensa. Assim, a revista *Veja* muitas vezes ousou ao publicar matérias sobre algumas táticas do regime para manter-se no poder, sendo que as mais repudiadas por suas matérias eram a tortura e a censura aos veículos da imprensa midiática.

Em 2004, numa edição especial da revista *Veja* intitulada “Memórias do regime militar: O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas de VEJA” e lançada somente no formato virtual, a publicação buscou salientar que não esteve ao lado do governo civil-militar, conforme consta em sua apresentação:

Entre 1964 e 1985, o Brasil foi governado pelos militares. Durante esse período, as instituições democráticas sofreram restrições, as liberdades individuais foram limitadas e a imprensa foi censurada, mas a economia do país teve um crescimento inédito. Lançada em 1968, VEJA viveu e registrou durante dezessete anos o cotidiano brasileiro sob o comando dos generais. A seguir, as memórias do regime militar, contadas pelas páginas da revista.

No entanto, episódios como a saída do quadro de empregados de seu diretor de redação, Mino Carta, desde 1968 indicam aproximações de bastidores entre a cúpula da Editora Abril e o governo militar. Aproximações sobre as quais muito pouco se sabe. Afinal, a Editora havia solicitado um empréstimo à Caixa Econômica Federal, empresa pública desde 1969, de valores voluptuosos, o qual havia sido negado pelo então Ministro Armando Falcão, mediante alegação de que a revista *Veja* era uma publicação antigovernista. Após a demissão de Mino Carta,

o empréstimo foi concedido e o episódio segue como um dos grandes enigmas do jornalismo brasileiro, já que Mino Carta e a família Civita divergem em seus relatos sobre os acontecimentos daquele momento (ALMEIDA, 2008).

A edição nº 816 da revista *Veja* foi lançada com a data de 25 de abril de 1984, uma quarta-feira, dia anterior à votação da Emenda Dante de Oliveira. Contudo, seus textos costumavam ser finalizados ainda nos finais de semana para que houvesse tempo para as adequações finais de editoração, inclusão dos desenhos gráficos e, claro, reprodução das centenas de exemplares que posteriormente iriam às bancas de jornal ou diretamente às casas do público leitor através do sistema de assinaturas que vigorava desde 1972 (ALMEIDA, 2008). Desse modo, apesar de datada como sendo do dia anterior, o conteúdo dessa edição do periódico contemplava apenas as expectativas que ainda gravitavam em torno da votação da Emenda.

A capa da revista *Veja* em sua edição nº 816, apesar de anterior à votação, já prenunciava seu resultado. Na imagem que preencheu a capa, a placa “Devagar” pairava sobre a fotografia do Congresso Nacional. A manchete trazia um alerta ainda mais alarmante, “Diretas: o bloqueio do governo”, e listava: “A pressão das medidas de emergência”; “A censura ao rádio e TV”; “A ofensiva sobre o PDS”; “O PMDB e a negociação”. A capa de uma revista periódica tem uma função que se equipara à da embalagem de um produto, pois visa demonstrar ao consumidor que tipo de conteúdo aquele produto possui e, assim, estimulá-lo à aquisição. De certa forma, uma capa tão enigmática como essa traz à tona que a votação da Emenda Dante de Oliveira recebeu, em seu tempo, uma atenção considerável das discussões brasileiras.

Além disso, sabe-se que o tema esteve na ordem do dia no cotidiano brasileiro daquela época ao observar-se a quantidade de páginas da edição nº 816 dedicadas à votação da emenda que previa a eleição direta. Além da entrevista, que ocupou a tradicional seção “Páginas amarelas”, com o advogado Sobral Pinto que afirmava que o governo estava apenas fingindo atender ao clamor popular para permanecer no poder, a seção “Brasil” foi toda dedicada ao assunto. Da página 22 até a página 36, o periódico debruçou-se sobre a votação que ocorreria no dia seguinte a sua data de lançamento.

A imprensa periódica, em seu trabalho de leitura, releitura e reprodução dos acontecimentos, transmite ao público leitor a sensação de que sua interpretação é imparcial e adequada aos fatos “tal como foi” (CRUZ & PEIXOTO, 2007). Essa operação, longe de ser mera transmissora de enunciados e representações sociais – posto que é, sobretudo, produtora – é sempre perpassada por subjetividades. Apesar delas, no decorrer do século XX as mídias tornaram-se a principal referência daqueles que buscavam informar-se e, conseqüentemente, teve participação ativa na formação de memórias históricas. Nas matérias que compõem a seção “Brasil” da edição nº 816 da revista *Veja* esta empreitada enuncia-se já em sua primeira frase: “Nesta quarta-feira escreve-se em Brasília um dos momentos decisivos da maior campanha popular já vista na História do país”. Certamente imersa em sua própria realidade, a revista *Veja* captou, (re)produziu e disseminou uma noção sobre aquilo que era importante e que deveria ser tomado como um acontecimento histórico relevante.

Já a capa da edição posterior, elaborada após o resultado da votação, expõe a frustração em decorrência do insucesso da emenda. Estampada com a fotografia de Tancredo Neves cabisbaixo, com as mãos unidas junto à boca e com expressão de lamentação, a revista *Veja* anunciou em sua manchete que era “A hora de Tancredo” naquele momento em que “O Brasil após a queda das diretas” buscava restabelecer seu processo de redemocratização.

A entrevista das páginas amarelas da edição nº 817 trouxe um contraponto à sua capa, a entrevista com o Deputado Nelson Marchezan, líder do PDS da Câmara, que defendeu o governo das acusações de falta de diálogo ou mesmo de tentativa explícita de barrar o retorno dos processos democráticos no país. Segundo Marchezan, “evidente que, com a revogação do AI-5, a anistia e as eleições diretas para governadores, iniciou-se um novo processo político para o país. O poder está sendo transferido para a sociedade civil” (*Revista Veja*, 1984, p. 6). Essa transferência foi executada pelas mãos governistas, como bem frisou o Deputado. Na perspectiva de Marchezan, a Emenda Dante de Oliveira não poderia ter sido aprovada porque continha erros, os quais seriam corrigidos através de uma nova proposta a ser elaborada pelo governo.

Da mesma forma que na publicação que antecedeu à votação, na edição nº 817 também dedicou todas as páginas da seção “Brasil” ao acontecimento do dia 25 de abril daquele ano, os títulos “O país busca a luz” e “Um sonho adiado” explicitavam o descontentamento para com a rejeição da emenda. Além disso, o então governador mineiro pelo PMDB, Tancredo Neves, foi descrito naquele conjunto de reportagens da revista *Veja* como a chave principal para as negociações que vinham ocorrendo no jogo político da redemocratização. Eleito presidente em 1985, Tancredo Neves era considerado uma figura conciliadora e que transitava bem entre os diversos grupos políticos. Assim, a revista *Veja* veiculou a votação da emenda Dante de Oliveira como um dos marcantes acontecimentos que compuseram o processo de redemocratização política como um projeto fadado ao insucesso, ao mesmo tempo em que, diante da frustração da rejeição, apontava uma nova figura para encampar as negociações que levariam a mais uma conquista na trajetória da abertura política pós-1964.

Nesse sentido, salientam-se aqui as assertivas de Jörn Rüsen, para o qual “as mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado” sendo ainda que a “narrativa histórica torna presente um passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro” (2010, p. 64). Folha de São Paulo e *Veja* usam da memória histórica para interrogar sobre o presente e o futuro, buscando interpretar as mudanças que o país experimentava. Ao adentrar nas páginas dos impressos, é possível perceber o afervescer de emoções acerca do antes e do que pode vir depois de 1984 após uma série de movimentos populares e da entrada de novos atores em cena, mesmo com a recusa da emenda Dante Oliveira. É deste constante uso de um passado presente e de um futuro presente que se permite confirmar que mais largamente ainda, a história dos acontecimentos deve ser levada em conta de forma permanente (ROSAVALLON, 1995, p. 17). Ao construir o ano de 1984 como um ano simbólico, permite-se, através da imprensa, que as redes políticas, as coalizões partidárias, os usos políticos do passado, as mobilizações de

memórias de lideranças e o silenciamento de outras, sejam evidenciados. Além do mais, estratégias em torno de demandas específicas e aspectos das culturas políticas que se chocam e se ressignificam ganham contornos mais explícitos. Para tanto, a imprensa é um veículo privilegiado para o estudo desses movimentos políticos e da própria historicização do acontecimento oferecido pela *mass media*.

A reflexão acerca da veiculação de memórias a partir dos recursos midiáticos associados aos acontecimentos tem rendido bons frutos para a História do Tempo Presente. Abre-se espaço para a reflexão acerca da importância da imprensa relacionada com os pilares da historiografia do Tempo Presente ao pensar as mudanças políticas do país. As breves considerações empreendidas aqui puderam condicionar algumas reflexões diante da problemática que sustenta a relação imprensa e Tempo Presente. Porém, as lacunas nesse campo ainda são bastante visíveis e devem ser repensadas, visando ampliar as perspectivas históricas das culturas políticas presentes no Brasil contemporâneo a partir de suportes analíticos disponíveis.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *VEJA sob censura (1968-1976)*. São Paulo: Jaboticaba, 2008.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (Orgs) *Para uma História Cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Revista Fronteiras*. Dourados –MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul/dez. 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*. - n. 35, p. 253-270, dez. 2007 - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=1>

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p.261-273. Dez. 2006

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964 sob outro prisma*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 27-38, dez. 2007. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/brasil_kushnir.pdf

MATOS, Carolina. *Jornalismo e política democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2008.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novos problemas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2010.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n30, pp.9-22. 1995.

50

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964*. 2011. 319f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

TÉTART, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.